

CMP 23.18.26-1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

MUSEU IMPERIAL

PETRÓPOLIS — BRASIL

Petrópolis, 09 de dezembro de 1971

Ilmo. Sr.
Celso Maria de Mello Pupo
Rua Barreto Leme, 2.449
CAMPINAS, S.P.

Meu prezado Mello Pupo:

Só agora venho responder sua carta de 10 de outubro, em que me envia cópia do ofício remetido por seu Arcebispo ao Soeiro — ofício êsse que êle não recebeu segundo me disse pessoalmente.

Mas agora, NESTE MOMENTO, acabo de receber um expediente do mesmo Soeiro, de 1º do corrente, encaminhando-me "para o devido pronunciamento" cópia do parecer da Conservadora encarregada dos Museus, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, datado de 20 de maio de 1970!! Como é isso possível se a cópia, que me foi encaminhada, do Ofício do Arcebispo, está datada 1º de outubro dêste ano?!!

Já não estou entendendo mais nada!!!

Mas vamos ao que interessa — não tanto o meu pronunciamento, mas o histórico do fato:

a cessão dos documentos de Carlos Gomes ao Museu Arquidiocesano de Campinas — motivo principal de sua carta. Confesso não ver condições para isso, pois a coleção foi doada pela Casa Ricordi, por interferência de D. Ítala Gomes Vaz de Carvalho (filha do Maestro) ao Museu Imperial, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores. Como entregá-la, agora, por doação (é a expressão

do Sr. Arcebispo), a uma instituição particular? O que se poderia ter feito seria um convênio de depósito — não perdendo o Museu Imperial a propriedade das peças. Isto já vem sendo feito com outros museus oficiais, mas poderia ter sido solicitada a permissão superior para fazer com o Museu Arquidiocesano de Campinas.

Acontece que — como lhe disse aqui, pessoalmente, numa visita que me fêz — o Museu Histórico Nacional propôs-me uma permuta, de grande vantagem para o Museu Imperial, pois receberia êste, em troca, o piano da Imperatriz, existente nas coleções daquêle museu. Acresce que, possuindo o Museu Histórico Nacional uma parte dos papeis de Carlos Gomes, o documentário do Museu Imperial vem completar aquela coleção. E continuaria tudo propriedade e na guarda do Ministério da Educação.

Eis o pé em que estão as coisas.

Acredito não haver dúvidas na cessão temporária, ou empréstimo, como, de resto, sugere a Conservadora do Instituto do Patrimônio Hist. e Art. Nacional — como já fêz, aliás, o Museu Imperial com a Prefeitura de Campinas. Não vejo porque não faria o mesmo, agora o Museu Histórico Nacional.

Não tome estas minhas palavras como má vontade dêste seu amigo mas procure compreender a minha posição entre uma doação ou um empréstimo e uma permuta.

Recomende-me à Senhora e receba um grande abraço meu.

Lourenço Ly Leal